16 DE SETEMBRO DE 1996: "*EN LA CALLE NO ÉRAMOS LOS DE SIEMPRE*"

MARCOS OLIVEIRA AMORIM TOLENTINO*

Resumo: Este trabalho visa analisar as práticas comemorativas ocorridas em torno do episódio *La noche de los Lápices*, no ano de 1996. Tal episódio refere-se a uma série de operativos orientados à repressão do movimento estudantil secundarista, ocorridos entre 15 e 21 de setembro de 1976, na cidade de La Plata. Trata-se de um dos casos emblemáticos que se instauraram na memória coletiva da sociedade argentina no período da reconstrução democrática, acerca da violência e da repressão sistemática dos sete anos da mais recente ditadura militar no país (1976-1983). Para tanto, será utilizada a documentação presente no arquivo da antiga *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires* (DIPBA), serviço de inteligência que funcionou na Argentina entre os anos de 1956 e 1998. A utilização deste acervo permite mapear as diferentes iniciativas ocorridas anualmente no dia 16 de setembro, além de identificar os critérios que (re) significaram a elaboração de memórias em torno dessa data.

Asunto: ANIVERSARIO DE LA DENOMINADA NOCHE DE LOS LAPICES 9/9/96

Con motive de cumplirse el próximo lunes 16 de corriente, el aniversario de la denominada "NOCHE DE LOS LAPICES" y ante la posibilidad de la concreción de medidas de acción, sírvase informar:

1) Posibles concentraciones, movilizaciones, charlas debate, proyecciones del film o algún tipo de medida que se vincule con el hecho antes citado.

2) En caso de concretarse movilizaciones y/o concentraciones, cite lugares de reunión y recorrido de los manifestantes, así como agrupaciones estudiantiles, políticas o gremiales que se organicen o adhieran a la medida.

3) Sí se efectúan charlas debate, proyecciones del film o actividades similares, mencione los lugares en que se desarrollan y las entidades que organicen, participen o adhieran.

4) Todo otro dato de interés.[1]

O documento transcrito acima integra a pasta *Aniversario de la denominada "Noche de los Lápices"*, cuja data de origem é 06 de setembro de 1996. Nesta pasta, podemos encontrar informes de vigilância, panfletos e recortes de jornais produzidos e reunidos pelo trabalho de campo dos agentes da antiga *DIPBA – Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires*, entre os anos de 1990 e 1996. O interesse por essa documentação reside na possibilidade que ela abre para pensarmos, a partir das comemorações do 16 de setembro, os processos históricos de produção e transmissão de memórias em torno da data e do episódio repressivo ao qual ela remete.

*Aluno do programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Campinas. Projeto financiado pela CAPES.

[1] ARCHIVO DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, folio 51, 09/09/96.

O acervo documental do arquivo da *DIPBA* é um dos quatro arquivos referentes ao trabalho de inteligência policial abertos ao público na Argentina. O seu processo de abertura iniciou-se em 1998, quando foi *descoberta* a preservação dos seus documentos no edifício onde funcionou a central dos serviços de inteligência da polícia bonaerense. No ano de 2000, a Legislatura da província de Buenos Aires transferiu o arquivo para a *Comisión Provincial por la Memoria* que deveria fazer deste um "*Centro de información con acceso público tanto para los afectados directos como para todo interesado en desarrollar tareas de investigación y difusión"* (Lei 12.642.). Coube a este organismo as tarefas de conservação, preservação e gestão do fundo documental e, desde o ano de 2003, a abertura do arquivo para a consulta pública. As datas extremas da documentação guardada pelo arquivo são 1932 e1998, ano no qual por uma resolução do *Ministerio de Seguridad y Justicia de la Provincia de Buenos Aires* se dissolveu a *DIPBA*[2].

Ao ser divulgada a abertura do arquivo, ocorreu uma explosão de notícias nos meios de comunicação argentina. Nas matérias publicadas, nota-se de maneira recorrente a constatação de que a espionagem à sociedade civil não teria acabado com o fim da mais recente ditadura militar no país (1976-1983). Todos coincidem no fato de que demoraram quinze anos de democracia para que o órgão encerrasse suas funções e que, durante esse tempo, a DIPBA continuou colocando sob sua lupa distintas atividades e organizações, muitas vezes sob requerimento do próprio Poder Executivo provincial. Além disso, trazem aos leitores alguns exemplos de informes confeccionados sobre fatos importantes ocorridos após o retorno da democracia: os levantamentos *carapintadas* e o ataque ao quartel *La Tablada*, em 1989; o atentado à *Asociación Mutual Israelita Argentina* (AMIA) e a reforma da Constituição provincial bonaerense, em 1994; etc.[3].

[2] A *Comisión Provincial por la Memoria* é um organismo público não-governamental e autônomo, criado pela lei 12.483 da Legislatura da província de Buenos Aires em 13 de agosto de 2000. Seus membros provêm de organismos de direitos humanos, das igrejas, a justiça, do meio universitário, do mundo sindical e da cultura e da legislatura da província de Buenos Aires. A *Comisión* hoje realiza, principalmente, atividades educativas voltadas à preservação e transmissão da memória das décadas de 1960 e 1970. Para informações sobre o arquivo e a história da *DIPBA*, ver: http://www.comisionporlamemoria.org/archivo (Verificado em: 14/06/2011).

[3] Ver: "La apertura de los archivos secretos de la policía provincial" (*Clarín*, 03/10/2003); "El archivo" (*Página/12*, 05/10/2003); "Los archivos de la maldita policía (*La Nación*, 12/10/2003); "Los archivos de la dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires" (*Clarín*, 30/11/2003).

Uma das informações de *primeira-mão* encontrada pelos jornalistas argentinos ao entrarem em contato com os documentos da DIPBA foi a continuação das atividades de inteligência ao longo das décadas de 1980 e 1990[4]. Porém, tal constatação surge apenas como uma maneira de demonstrar ao leitor que a sua logística do terror teria sobrevivido ao fim da mais recente ditadura militar do país (1976-1983), apontando assim uma continuidade entre esta e a democracia reinstaurada em 1984. As possibilidades de se pensar tal atividade de vigilância em tempos democráticos ficam em segundo plano quando contrapostas aos novos canais de informações que poderiam esclarecer o destino final dos *detenidos-desaparecidos*.

Por outro lado, o perfil do usuário e a sua intencionalidade determinam as possibilidades de uso dos arquivos. Ao tornar pública a iniciativa da CPM, as reportagens aqui citadas trouxeram-nos a informação de que as marchas em comemoração ao episódio repressivo conhecido como *La Noche de los Lápices* foram objeto de investigação a cada 16 de setembro, abrindo as possibilidades para a execução do presente trabalho.

Este episódio refere-se aos acontecimentos ocorridos entre 15 e 21 de setembro de 1976, na cidade de La Plata, quando foram seqüestrados como parte da repressão ao movimento estudantil: Francisco López Muntaner, María Claudia Falcone, Claudio de Acha, Horacio Ángel Ungaro, Daniel Alberto Racero, María Clara Ciocchini, Pablo Díaz, Patrícia Mirranda, Gustavo Calloti e Emilce Moler. Todos eram estudantes secundaristas em distintos estabelecimentos da cidade e militantes da *Unión de Estudiantes Secundarios*, uma das frentes de massa dos *Montoneros*, com exceção de Pablo Díaz que era integrante da *Juventud Guevarista*. De todos, somente Pablo Díaz, Gustavo Calloti, Emilce Moler e Patricia Miranda sobreviveram.

[4] Segundo Ludmila da Silva Catela (2007), a abertura de arquivos da repressão cria um movimento de diferenciação entre um conjunto de agentes que, posicionados em seus campos de atuação, pressionam para que os documentos até então *ocultos* possam ser consultados, revelados e avaliados por todos. Geram-se assim tensões e lutas no espaço ao qual foram destinados, baseadas na crença de que em seus papéis estaria escondida *a verdade* sobre os anos repressivos. Trata-se de um efeito de *notoriedade retrospectiva*, pois os arquivos passam a absorver toda a atenção pública e a esperança de serem capazes de curar as sequelas das ditaduras. Logo, não seria casual o fato de que, ao ser divulgada a notícia sobre a possível abertura de um arquivo, seja recorrente a presença de notícias nos meios de comunicação, escritas por jornalistas que buscam ter acesso a informações de *primeira-mão*, *desconhecidas* que, ao ocupar espaços destacados nos jornais e revistas, poderão *formar opiniões* (Da SILVA CATELA, 2007: 198-200).

Podemos afirmar que, passados 35 anos desde o ocorrido, *La Noche de los Lápices* tornou-se um caso emblemático na memória coletiva da sociedade argentina acerca das violações de direitos humanos ocorridas durante a mais recente ditadura. De acordo com Steven Stern (2001), a memória emblemática é um marco que organiza as memórias concretas e seus sentidos e, até mesmo, organiza os debates sobre as mesmas. Não se trata de um conteúdo concreto, mas de um eixo simbólico que define o que deve ser recordado e o que deve ser esquecido ou posto à margem (STERN, 2008: 3). O nosso episódio em questão pode ser visto como um emblema por ter se constituído numa maneira metonímica de narrar aos *detenidos-desaparecidos*, caso estejam incluídos na mesma categoria social dos jovens desaparecidos – estudantes – ou caso os desaparecimentos tenham ocorrido numa mesma área – a cidade de La Plata. [5]

Não podemos perder de vista que uma das principais características da memória é a seletividade, pois ela somente retém certos elementos do passado, condenando outros ao esquecimento (GROPPO, 2001: 27). Devemos então questionar os limites que se colocam quando *La Noche de los Lápices* é utilizado publicamente para sintetizar a denúncia das violações de direitos humanos ocorridas durante o *Proceso de*

[5] Segundo Ludmila da Silva Catela (2001) e Mariana Caviglia (2006), La Plata, capital da província de Buenos Aires, foi uma das regiões mais atingidas pelo terrorismo de Estado. Durante as décadas de 1960 e 1970, a cidade foi um grande centro de atividade política por ser um espaço de confluência de estudantes – sobretudo devido à Unversidad Nacional de La Plata (UNLP), a segunda maior do país – e operários das cidades vizinhas de Berisso e Ensenada. Soma-se a isso a forte concentração policial e militar no local: La Plata formou, junto com a Capital Federal e as cidades de Tucumán, Córdoba, Rosario e Santa Fe, o eixo no qual o terrorismo de Estado centrou seu esforço principal por considerar que a *subversão* havia desenvolvido seu maior potencial de penetração nestes centros urbanos e em suas proximidades, convertendo-se em prioridade número um na denominada *luta contra a subversão*. Dessa maneira, na sua área, operou o chamado *Circuito Camps*, uma rede de centros clandestinos de detenção, em sua maioria nesta cidade e na Grande Buenos Aires, sob o comando do então Cel. Ramón Camps e de sua *Dirección General de Investigaciones* a cargo de Miguel Etchecolatz. Segundo denúncias dos organismos de direitos humanos, este *circuito* foi um dos maiores tanto por extensão territorial como pelo número de vítimas do extermínio sistemático implementado pelo Cel. Camps. Logo, não é a toa que os desaparecimentos na área de La Plata ficaram tragicamente conhecidos como os piores do país; as listas atualizadas dos organismos de direitos humanos defendem a cifra de 2.000 *desaparecidos*, do quais 800 seriam *estudantes* e 900 *operários*. Porém, a repressão vivida na cidade e a brutalidade dos crimes e dos desaparecimentos encontram-se associados na memória coletiva do país diretamente com *La Noche de los Lápices*, como o caso que simbolicamente identificaria e condensaria essa experiência. O que se percebe no caso de La Plata é que se trata de uma cidade na qual uma ampla gama de setores da sociedade civil tornou-se vítima do terrorismo de Estado, mas que ainda hoje é associada diretamente ao seqüestro de um grupo de estudantes secundaristas. (Da Silva CATELA, 2001: 29-30; CAVIGLIA, 2006: 37-40).

Reorganización Nacional, além de quais as consequências da consolidação de uma narrativa em torno deste episódio para a compreensão do passado recente [6].

Na Argentina, a reivindicação da memória e do esquecimento como consigna política ou como catalisadora de políticas oficiais nem sempre incorporou uma reflexão sobre os mecanismos, as armadilhas e os paradoxos da memória. Durante muitos anos houve censuras à história por não poder enfrentar, com as ferramentas próprias de sua disciplina, o passado imediato e por não avaliar criticamente à memória coletiva. Esta última parecia condenada a nutrir-se exclusivamente da recordação pessoal, do testemunho judicial ou dos *marcos gerais* de sentido que oferecia o discurso refundacional da democracia. Em alguns casos, impôs-se o silêncio da produção historiográfica à cisão entre história e política que o campo historiográfico havia instaurado na Argentina da transição. (FRANCO & LEVÍN, 2007: 31-65). Atualmente, a existência de uma insistente demanda social e política a respeito do tema das sequelas individuais e coletivas contribuíram para abrir uma vertente de análise de forte expansão nos âmbitos acadêmicos e que segue permeando as abordagens sobre a ditadura militar: os estudos sobre a memória.

Nota-se então uma crescente produção intelectual dedicada a problematizar as visões emblemáticas, consagradas na memória coletiva do país. Os seus questionamentos têm como eixo central os limites estabelecidos sobre o exercício de uma interpretação propriamente histórica de uma etapa crítica e decisiva, como a da ditadura militar, em uma sociedade que começava a se perguntar qual o lugar que tal experiência ocuparia na história do país. Além disso, a distância temporal abre interrogantes teóricos para o exercício histórico: uma Argentina diferente, uma arena institucional distinta, no qual se pautam as práticas e representações dos diferentes atores; tudo isso desafia a compreensão dessa experiência, transformando-a num objeto histórico e em um capítulo da historiografia do presente (RABOTNIKOF, 2008: p.259).

[6] Na madrugada de 24 de março de 1976, por intermédio dos meios de comunicação de massa, comunicou-se ao país que uma Junta de comandantes das três armas havia assumido o poder político em nome do denominado *Processo de Reorganização Nacional* (PRN), que tinha como objetivos restabelecer a ordem, reorganizar as instituições e criar condições para o exercício de uma *autêntica democracia*. Numa operação cuidadosamente planejada, com o passar das horas, multiplicaram-se as detenções de centenas de delegados sindicais, militantes peronistas e de esquerda, muitos que passaram a engrossar a lista de desaparecidos. A prisão imediata de um grande número de militantes, dirigentes e figuras públicas, mais do que uma estratégia de prevenção a possíveis focos de resistência ao golpe, era uma maneira de mostrar com os fatos o alcance que teria o regime. (NOVARO & PALERMO, 2007: 29-30).

Nesse contexto, *La noche de los lápices* recebeu a atenção de investigadores que nos últimos anos se interessaram em problematizar a memória consagrada em torno deste episódio, além dos processos sociais que a tornaram um emblema. Nesse sentido, da maneira como se instaurou na memória coletiva, não teria sido o relato de algo que *ocorreu*, mas uma memória-narrativa conformada por uma série de elementos selecionados e vinculados entre si de maneira a construir uma interpretação sobre episódios do passado que se ligavam devido a elementos comuns: uma série de sequestros ocorridos num período de tempo preciso; um grupo de vítimas com características comuns – idade, situação educativa, lugar de residência, história prévia; e um mesmo operativo repressivo (RAGGIO, 2005: 99-100).

Soma-se a isso o fato de ter emergido em meio a processos político-sociais de ênfase no tema dos direitos humanos e repúdio aos métodos violentos e ilegais, tanto da repressão quanto dos grupos políticos de esquerda. Se até o ano de 1985, a sociedade argentina sabia muito pouco sobre o ocorrido em La Plata, em setembro de 1976; a partir da declaração de Pablo Díaz no *Juicio a las Juntas Militares*, o episódio se converteu num dos símbolos de denúncia da repressão da forma como ela era significada nos primeiros anos da democracia. A trajetória dos jovens estudantes de *La Noche de los Lápices*, a partir da narrativa que a tornou publicamente conhecida nesse momento, concentrava elementos significativos que os tornava exemplos concretos de *vítimas inocentes*[7] da repressão ditatorial: jovens reprimidos por adultos, por fazer um reclame apolítico, de caráter gremial, ao qual poucos considerariam injusto ou inadequado (LORENZ, 2007: 56-58).

A projeção dessa versão em espaços públicos foi reforçada ainda por dois veículos concretos de transmissão da memória, que, apesar de terem sido iniciativas independentes, tinham como eixo comum o fato de se basearem no testemunho de Pablo Díaz: um livro, *La noche de los lápices*, escrito pelos jornalistas María Seoane e Héctor Ruiz Nunez, publicado em 1986; e um filme, de mesmo nome, dirigido por Héctor Olivera, cuja estréia também ocorreu em 1986. Para os investigadores que analisar a memória em torno do episódio, a repercussão pública alcançada pelo livro e pelo filme contribuiu diretamente para se construir no imaginário social que os jovens envolvidos

[7] Para uma discussão sobre as *vítimas inocentes*, ver: GONZÁLEZ-BOMBAL, 1996; NOVARO & PALERMO, Op. Cit.: 639-646; VEZZETTI, 2002: 109-145.

nos episódios *La Noche de los Lápices* teriam sido exemplos claros das *vítimas inocentes* dos primeiros meses da ditadura. A sua inocência foi reiterada pelo argumento de que o seu sequestro teria sido motivado pelas mobilizações por um boleto estudantil, no ano de 1975. Consequentemente, eles foram vinculados a um reclame de caráter apolítico em detrimento do compromisso com um projeto político-social de emancipação (CRIVELLI, 2006; LORENZ, Op. Cit.; RAGGIO, 2009).

Além disso, notam nesse momento uma apropriação deste caso pelo movimento estudantil, garantindo a sua presença nas escolas. Num momento de reorganização dos centros estudantis, ele cobrou uma dimensão politicamente atrativa: jovens desaparecidos por sua atividade estudantil; resumida no reclame pelo boleto, que seria uma das bandeiras dos estudantes na democracia; e uma data: o 16 de setembro. As marchas em homenagem aos desaparecidos se converteram num clássico dos anos de transição, garantindo inclusive a ratificação oficial do feriado no calendário escolar (LORENZ, Op. Cit. 115).

O que se percebe a partir da leitura dessas análises é que a repercussão pública do testemunho de Pablo Díaz, por um lado; e o êxito alcançando pela publicação do livro e pela produção do filme, por outro, são os dois eixos centrais para se explicar a consagração do episódio *La Noche de los Lápices* como um emblema. Quando apontadas, as comemorações em torno do 16 de setembro aparecem como uma consequência da repercussão dos dois veículos culturais.

Porém, devemos pensar essa data como um momento convocatório, já que, devido ao valor simbólico que adquiriu, ano após ano, parece exigir comentários, explicações e interpretações acerca do ocorrido. Tal efeméride oferece também uma oportunidade para que os porta-vozes humanos reclamem e projetem suas memórias: "Se sienten llamados a responder a la magia de la fecha, y también llamados a aprovecharla, convocando espacios para forjar y compartir memorias, en actos que son, a la vez, para los seres humanos contemporáneos y para la posteridad." (STERN, Op. Cit.: 12-14).

As comemorações anuais em torno do episódio *La Noche de los Lápices* são um objeto de análise primordial para se pensar em tais questões. O questionamento que se coloca é qual seria o significado histórico de um episódio que ainda se faz presente nos espaços públicos, sendo apropriado e re-atualizado por atores políticos diversos que

enxergam nele um motor para sua mobilização. Para tanto, torna-se importante explicar de que maneira se manteve a vigência deste caso específico na memória coletiva dos argentinos, além de pensarmos a interação de diferentes discursos e sentidos do passado postos em cena a partir da convocação de uma data.

Para podermos viabilizar esse trabalho, a abertura para os investigadores da documentação produzida e preservada pela *DIPBA* tornou-se de grande valor. Pensando nisso, a proposta deste artigo é mapear os *confrontos* de memórias presentes nos documentos referentes aos atos que rememoraram o episódio *La Noche de los Lápices* no ano de 1996. O profuso material de propaganda política (boletins, folhetos, panfletos, cartazes) que acompanha os informes produzidos no trabalho de campo dos agentes policiais é um reservatório privilegiado para reconstruir os movimentos sociais, políticos e culturais da segunda metade do século XX na Argentina. Logo, o material produzido pelos envolvidos nos atos comemorativos do 16 de setembro reproduz quais memórias e de que maneira elas são transmitidas em suas iniciativas públicas.

Por outro lado, esses documentos devem ser interpretados tendo em vista a trama ideológica da DIPBA e sua lógica de vigilância e perseguição (FUNES, 2006: 229-230). O documento citado no começo do texto demonstra que a *DIPBA* notificou os agentes policiais da província sobre a importância da produção de informações acerca de qualquer medida que se vincule com a aproximação de mais um aniversário do episódio. Logo, na lógica da vigilância preventiva do órgão, tratava-se de uma data que deveria receber toda a sua atenção. Torna-se importante pensar que, ao vigiar e descrever os atos comemorativos em torno do 16 de setembro, os agentes da *DIPBA* também produziram discursos que o (re)significaram.

As comemorações de "datas infelizes"

A memória e o esquecimento, a recordação e a comemoração, tornam-se questões cruciais a serem pensadas quando se vinculam a catástrofes sociais e situações de sofrimento coletivo. Se no plano individual a marca do traumático intervém de maneira central no que o sujeito pode ou não recordar, num sentido público e político, as contas com o passado combinam-se com urgências éticas e demandas morais, difíceis

de serem resolvidas devido ao caráter conflituoso e à destruição dos laços sociais inerentes a tais situações (JELIN, 2002a: 64-69).

No caso dos países do Cone Sul latino-americano, essas questões geralmente são tratadas a partir de uma abordagem particular: o legado das ditaduras que governaram os países da região entre os anos 1960 e o início da década de 1980, além das memórias produzidas ao longo dos processos pós-ditatoriais a partir da segunda metade dos anos 1980. Além de permanecer nas memórias coletivas, elas seguem alimentando debates, trazendo a tona fraturas nítidas no interior destas sociedades nas quais memórias divididas e antagônicas ainda se enfrentam (GROPPO, Op. Cit.: 19-26).

Nesse sentido, os aniversários e datas de comemoração ligados às experiências ditatoriais recentes são uma porta de entrada para os debates sobre as memórias da região, sobre seu papel na construção de identidades coletivas e sobre as consequências dos conflitos pela memória sobre as práticas sociais e políticas em cursos nessas sociedades. Pensaremos tais questões a partir dos avanços teóricos e de investigação as memórias da repressão política no Cone Sul presentes na coleção *Memorias de la Represión*. Trata-se de uma série de livros que colocam à disposição do público os resultados de um programa desenvolvido para promover a investigação e a formação de jovens investigadores sobre o tema [8]

No volume inicial da série, Elizabeth Jelin (2002a), apresenta os marcos conceituais que orientaram as investigações do programa. Uma das rotas propostas para explorarmos tais marcos consistiria em analisar a dinâmica social das datas, aniversários e comemorações. Tratam-se de conjunturas de ativação da memória: "Los hechos se reordenan, se desordenan esquemas existentes, aparecen las voces de nuevas y viejas generaciones que preguntan, relatan, crean espacios intersubjetivos, comparten claves de lo vivido, lo escuchado o lo omitido" (JELIN, Op. Cit.: 52). Para analisarmos tais

[8] JELIN, E. **Los trabajos de la memoria.**; FELD, C. **Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina.** 2002; JELIN, E. (org.). **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices".** 2002.; CATELA, L.S.; JELIN, E. (orgs.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad.** 2002; JELIN, E.; LANGLAND, V. (orgs.). **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. 2003; JELIN, E.; PINO, L. del (orgs.). **Luchas locales, comunidades e identidades.** 2003. JELIN, E.; LORENZ, F.G (orgs.). **Educación y memoria. La escuela elabora el pasado.** 2004.; JELIN, E.; LONGONI, A. (orgs.). **Escrituras, imágenes y escenarios ante la represión.** 2005; AGÜERO, F.; HERSHBERG, E. (orgs.). **Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia.** 2005; JELIN, E.; KAUMAN, S. G. **Subjetividad y figuras de la memoria.** 2006; JELIN, E.; SEMPOL, D. (orgs.). **El pasado en el futuro: los movimientos juveniles.** 2006.

memórias, devemos entendê-las como processos subjetivos, ancorados em experiências pessoas e em marcas simbólicas e materiais. Logo, elas se constituem em objetos de disputas, na medida em que há diferentes interpretações sociais do passado.

Um mesmo acontecimento pode ser recordado e comemorado de diferentes maneiras. Nas datas e aniversários, a esfera pública é ocupada pela comemoração, com manifestações explícitas compartilhadas ou confrontadas. Além das diferenças ideológicas entre os participantes desses conflitos, as diferenças de cortes – entre aqueles que viveram a repressão em diferentes etapas de suas vidas pessoas, entre eles e os mais jovens que não têm memórias pessoais da repressão, produzem uma dinâmica particular na circulação social de memórias. Ao reconhecermos que existem mudanças históricas no sentido do passado, é importante observar que o sentido das datas muda ao longo do tempo, à medida que diferentes visões se cristalizam ou institucionalizam, e à medida que novas gerações e novos atores lhe conferem novos sentidos (JELIN, Op. Cit.: 2; 51-53). Percebe-se, portanto, que a significação do passado não se estabelece para se manter constante e imutável. A localização social dos diversos atores e suas sensibilidades, a conformação do cenário político no qual se encontram inseridos, e as lutas de sentido nas quais se envolvem são alguns dos elementos que nos ajudam a explicar as mudanças de sentido. A dinâmica histórica das memórias, então, requer ser problematizada e estudada (JELIN, Op. Cit.: 69-70).

No caso do recente passado ditatorial argentino, Elizabeth Jelin aponta os anos 1990 como um cenário político que coloca novos temas e perguntas. Uma vez que o Estado já havia reconhecido a legitimidade das demandas pelas violações aos direitos humanos e havia uma "verdade" juridicamente estabelecida, abriu-se uma nova etapa, na qual começam a se manifestar diversas modalidades de recuperação das memórias da militância e do ativismo político [9]. Para a autora trata-se de um demonstrativo de que o tempo das memórias não é linear, cronológico ou racional, pois ele é mercado por

[9] "Múltiples actores participan en esta recuperación: movimientos políticos que "usan" el pasado para señalar continuidades históricas en las luchas sociales y políticas del país, militantes y ex militantes que comienzan a ofrecer sus testimonios y sus reflexiones sobre períodos conflictivos de la historia reciente por motivos variados, jóvenes que no vivieron el período y que se acercan con nuevos interrogantes – tanto quienes se acercan con la ingenuidad, la distancia y la falta de compromiso que los permite hacer preguntas novedosas o entrar e diálogos sin los preconceptos o prejuicios de época, como quienes cargan las marcas biográficas del sufrimiento y la pérdida familiar, transmitida en identificaciones intergeneracionales de maneras complejas (el caso de HIJOS)." (JELIN, 2002a: p. 73).

momentos de maior visibilidade e de maior latência, de aparente esquecimento e silêncio, podendo o passado cobrar uma saliência pública inesperada (JELIN, Op. Cit.: p. 74).

Ao realizar um trabalho de investigação sobre as práticas comemorativas na Argentina no 24 de março, Federico Lorenz (2002) aponta que março de 1996, e por extensão quase todo esse ano, marcou uma mudança significativa no processo de significação do passado, na qual influenciaram uma soma de atores: os meios de comunicação fazendo-se porta-vozes de um discurso que antes era patrimônio quase que exclusivo dos organismos de direitos humanos; mudanças nas formas de comemoração que se abriram para a participação de setores que antes podiam se sentir excluídos dos atos; um compromisso maior por parte das instituições estatais com as políticas de memória; e o surgimento de novas agrupações como H.I.J.O.S. (*Hijos e Hijas por la Identidad la Justicia y contra el Olvido y el Silencio*). Do ponto de vista dos conflitos pela memória, os elementos que se colocaram em cena em 1996 constituíram um êxito, já que reinstalaram discussões políticas e históricas que iam além dos problemas do presente, avançando na produção de novas "memórias do golpe" (LORENZ, 2002: 83-94).

Para o nosso trabalho é importante percebermos a forte marca do contexto de produção na significação das datas e aniversários. Nesse sentido, o ano de 1996 é apontado como um momento no qual o passado ditatorial fez do presente seu tempo próprio (SARLO, 2007: 10). Por esse motivo, esse ano é interpretado como um ponto de inflexão para a presença nos espaços públicos dos debates sobre a presença do período ditatorial. Iniciou-se um *novo ciclo* de esclarecimento, discussão e elaboração da memória social a respeito das violações de direitos humanos durante a ditadura. [10]

[10] Durante o final da década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990, a sociedade argentina parecia sofrer de amnésia, fruto das leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida*, decretadas pelo presidente Raúl Alfonsón, e mais tarde pelos sucessivos indultos emitidos durante o governo de Carlos Menem. Depois da hiperinflação de 1989, a esfera pública argentina estava dominada, principalmente, por questões econômicas e por rápidas transformações nas estruturas sociais que agravaram a transgressão aos direitos econômicos e sociais. Os organismos de direitos humanos tiveram uma presença pública mínima, com poucas mobilizações e escassa presença no espaço público. Porém, No ano de 1995, as declarações do ex-oficial da Marinha Adolfo Sclingo, sobre como se eliminavam o rastro dos sequestrados, atirando-os ainda vivos de um avião no Río de La Plata, comoveram a sociedade argentina e foram o ponto de partida para o surgimento de novos testemunhos sobre o destino final de muitos dos desaparecidos por parte de militares que haviam participado de ações diversas. O retorno à cena pública do *drama nacional* dos desaparecidos ocorreu às vésperas do vigésimo aniversário do golpe de estado – 24 de março de 1996 – ano no qual se multiplicaram marchas, atos de homenagem e a presença do assunto nos diversos meios de comunicação recordando

Ao contrário de outros episódios referentes à repressão durante a ditadura, *La Noche de los Lápices* só se constituiu como tal durante os primeiros anos da democracia. Segundo Sandra Raggio (2005), o nome através do qual o caso tornou-se célebre não seria contemporâneo aos fatos que nomeia e, sim, ao momento em que foram narrados. *La noche* seria uma metáfora muito utilizada para falar dos assombrosos episódios de repressão ocorridos durante o *Processo*; os *lápices*, uma referência direta aos protagonistas desta história, as vítimas, destacando a sua categoria ocupacional e a juventude. Trata-se, portanto, de um relato tributário da discursividade utilizada no processo de denúncias das violações aos direitos humanos da última ditadura militar. Uma das consequências diretas desse relato foi tornar uma data – o 16 de setembro – um espaço para a denúncia e a rememoração do ocorrido.

A vinte anos de *La Noche de los Lápices*

Os documentos produzidos e preservados pela *DIPBA* são uma forma de mapearmos as práticas comemorativas ocorridas por toda a província de Buenos Aires em 16 de setembro de 1996. Analisaremos essas práticas questionando quem são os grupos sociais que se preocupam em manter visível e ativa a atenção social e política sobre essa data, além de quais os sentidos construídos em torno dela.

Por toda a província, podemos perceber que especificamente nesse ano aumentou o número e formas de se rememorar o episódio. A quantidade de localidades nas quais as atividades foram desenvolvidas; as diferentes práticas utilizadas (marchas, missas, inauguração de monumentos e placas, concertos de rock, etc.); o número de pessoas que atenderam ao chamado das organizações sociais responsáveis pelos atos; demonstrativos de que, em 1996, *La Noche de los Lápices* cobrou uma significativa saliência pública. O dia 16 de setembro torna-se, então uma jornada que concentra denúncia, lembranças, reivindicações, novidades, silêncios, esquecimentos, discursos, músicas e a presença física de diversos agentes sociais e políticos (Da Silva CATELA, 2001, 220).

à violência dos anos anteriores e imediatamente posteriores a interrupção da ordem constitucional, assim como às suas vítimas. (VALDÉZ, 2001: 64-72; JELIN, 2008: 354-356).

Com o intuito de analisarmos tais comemorações, colocam-se dois questionamentos para o nosso trabalho. Primeiro, pelo fato do 16 de setembro de 1996 ser utilizado como um espaço para questionar as políticas estatais naquele momento em relação aos trabalhadores e à educação. Na cidade de La Plata, por exemplo, marcada pela forte presença operário-estudantil, sindicatos e centros de estudantes reproduzem nessa comemoração seus lugares políticos e culturais, trazendo demandas relacionadas a suas categorias sociais. Surge, então, um questionamento sobre a relação entre passado e presente: seria possível que o significado de um evento mude profundamente da razão inicial de sua existência e se torne somente um pretexto ou uma ocasião para desdobrar as lutas políticas e sociais que sempre estão relacionadas com o presente? As atividades que se realizam são comemorações de acontecimentos passados ou veículos de uma luta política conjuntural?

As práticas comemorativas descritas pelos documentos da *DIPBA* mostram-nos que o caráter de homenagem é forte em todas elas. De acordo com Ludmila da Silva Catela (2001) as homenagens aos *detenidos-desaparecidos* delimitam mais claramente fronteiras simbólicas e pertencimentos grupais. Se em outros momentos se falam dos 30.000 *desaparecidos*, estas homenagens explicitam de quais desaparecidos se quer falar e recordar. Há uma necessidade de nucleá-los em grupos, sobretudo a partir de seus âmbitos de atividade no momento do desaparecimento. (Da Silva CATELA, 2001: 225-226).

O 16 de setembro em si assume o caráter de uma homenagem aos estudantes desaparecidos. Porém, o que podemos observar é que os atos de rememoração referem-se aos estudantes *como um todo*, não apenas especificamente aqueles envolvidos no episódio *La Noche de los Lápices*. Reforça-se, dessa maneira, uma memória-narrativa metonímica carregada de silêncios e esquecimentos. Lembrados e homenageados somente como estudantes, os jovens d*esaparecidos* não têm a sua militância recuperada, mesmo num contexto no qual já havia uma recuperação dos projetos de emancipação político-social da década de 1970. Os estudantes que homenageiam, por exemplo, colocam-se como herdeiros de sua luta, luta esta que estaria restrita à superação de entraves para uma educação pública de qualidade. Por outro lado, essa homenagem relaciona-se também à busca por justiça, num momento em que os indultos

presidenciais impediam que os culpados pelas violações dos direitos humanos durante a mais recente ditadura fossem julgados e condenados.

Podemos perceber isso assinado pelos *Secundarios* de La Plata pontua que eles teriam 30.000 razões para seguir lutando e, por isso, reivindicavam sua luta como bandeira:

> ¿20 años no es nada?
> ... No es nada si la memoria "olvida"
> …No es nada si la sombra de la represión nos tapa
> …No es nada si la educación se basa en la ignorancia
> …Si oprimen nuestras ilusiones, no es nada (Archivo DIPBA, MESA A, Factor Estudiantil. Legajo 78/90, Folio 128, 16/09/1996).

Dessa maneira, a recordação é entendida como uma oposição ao esquecimento e como uma maneira de impedir a reiteração da tragédia fundante e a violação dos direitos humanos produzida durante a ditadura. Ao reivindicarem uma luta do passado, as agrupações e movimentos estudantis destacam a existência de fortes continuidades com o passado ditatorial (no aparato repressivo e nas políticas econômicas, devido à persistência da impunidade daqueles que violaram os direitos humanos). Logo: "Seguir recordando en el ahora no busca entonces otra cosa que insertar el presente en una tradición de lucha social en la que se reconocen, aunque a la vez le dan un sentido propio" (JELIN, 2006: 14-15).

Já outro panfleto distribuído em La Plata durante a marcha convocada pela *Coordinadora de Estudiantes Secudarios* (CES) e pelo *Movimiento Estudiantes Secundarios* (MES), realizada no dia 16, afirma que:

> Cuando en '76 María Claudia Falcone, Clara Ciocchini, Daniel Racero, Claudio de Hacha, Pablo Díaz, Francisco López Muntaner y Horacio Ungaro, levantaran un boleto como bandera y salieron a pelear por un país más justo, seguramente no imaginaban que sus nombres iban a ser izados, casi veinte años después, por miles de chicos que, como ha sucedido siempre

> durante los últimos años, salen a la calle a gritar que no olvidan ni perdonan. (Archivo DIPBA, MESA A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 168, sem data).

Percebe-se, portanto, que, como aconteceu no momento em que se tornou pública, a memória-narrativa em torno de *La Noche de los Lápices* vincula os jovens à luta pelo boleto estudantil secundarista e à luta por um mundo mais justo. Apesar de buscarem novas formas de expressão e de recuperar o ocorrido, as imagens se repetem, gerando uma repetição ritualizada que dificulta a elaboração e a ampliação de uma interpretação que busque compreender as condições históricas que tornaram *La Noche de los Lápices* possível de acontecer.

"En la calle no éramos los de siempre" foi uma frase que apareceu na investigação de Ludmila da Silva Catela utilizadas pelos familiares de *detenidos-desaparecidos* para caracterizar a excepcionalidade do 24 de março de 1996 devido ao grande número de pessoas que compareceram às mobilizações (Da Silva CATELA, 2001: 224). Para o nosso trabalho, ela demarca o *outro*, não apenas aquelas que pela primeira vez se somavam às comemorações do 16 de setembro, mas também os personagens estranhos àquele cenário de convocação de memórias. Neste caso, o *outro* podem ser os agentes da *DIPBA* que, em sua lógica de vigilância preventiva, entendiam a data como um possível momento de distúrbio à ordem. Nesse sentido, destacam-se nos seus informes o fato do agente produtor sempre pontuar o fato da manifestação vigiada ter terminado sem maiores incidentes.

Bibliografia

Da Silva CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e Memória: A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos na Argentina**. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.

_____. "Apagón en el Ingenio, escrache en el Museo. Tensiones y disputas entre memorias locales y memorias oficiales en torno a un episodio de represión de 1976". *In:* JELIN, E. & DEL PINO, P. (comps.) **Luchas locales, comunidades e identidades.** Madrid, Esp.: Siglo XXI Ed., 2003.

_____. "Etnografía de los archivos de la represión en la Argentina." *In:* FRANCO, Marina & LEVÍN, Florencia (comps.). **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo em construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

CAVIGLIA, Mariana. **Dictadura, vida cotidiana y cases medias: una sociedad fracturada**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

CRIVELLI, Sabina. **La noche de los lápices: la cristalización del mito despolitizado**. *UNI*revista – Vol.1, nº3 (julho 2006).

FUNES, Patricia. "Secretos, confidenciales y reservados". Los registros de las dictaduras en la Argentina. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires. In: QUIROGA, Hugo & TCHACH, César. **Argentina 1976-2006: entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia**. Rosario: Homo Sapiens Ed., 2006.

GONZÁLEZ BOMBAL, Inés. "'Nunca Más': el Juicio mas Allá de los Estrados". *In:* ACUÑA, Carlos et al. **Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

GROPPO, B. "Traumatismos de la memoria e imposibilidad de olvido en los países del Cono Sur". *In:* GROPPO, B & FLIER, P. (orgs.). **La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile Y Uruguay**. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2001.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid, Esp.: Siglo XXI Ed., 2002.

_____. "Introducción"; "Los sentidos de la conmemoración". *In*: JELIN, E. **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices"**. Madrid, Esp.: Siglo XXI Ed., 2002b.

_____. "Introducción". *In:* JELIN, E. & SEMPOL, D. (comps.). **El pasado en el futuro: los movimientos juveniles.** Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2006.

_____. "La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial" *In:* FICO, C. (org). **Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

LORENZ, Frederico G. "De quien es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976" *In*:

JELIN, E. **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices"**. Madrid, Esp.: Siglo XXI Ed., 2002b.

_____. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia.** Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**. São Paulo: EDUSP, 2007.

PALERMO, Vicente. "Entre la memoria y el olvido: represión, guerra y democracia en la Argentina". NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. (orgs.).**La Historia Reciente: Argentina en democracia**. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

RABOTNIKOF, Nora. "Memoria y política a treinta años del golpe". *In:* CRESPO, H.; LIDA, C. E.; YANKELEVICH, P. (comps.) **Argentina, 1976: Estudios en torno al golpe de Estado.** Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica, 2008

RAGGIO, Sandra. Narrar el terrorismo de Estado. De los hechos a la denuncia pública: el caso de "la noche de los lápices". La Plata: Cuadernos del CISH, 2005, no. 17-18, p. 99-125.

_____. "La noche de los lápices: del testimonio judicial al relato cinematográfico". *In*: FELD, Claudia & MOR, Jessica Stites (comps.). **El pasado que miramos: memoria e imagen antes la historia reciente**. Buenos Aires: Paidós, 2009.

STERN, Steve J. “De la memoria suelta a la memoria emblemática: Hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998)”. *In:* GARCÉS, M. et. Al. (ed.). **Memoria para un nuevo siglo. Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX**. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2001.

VALDÉZ, Patricia. “‘Tiempo Óptimo’ para la memoria.” GROPPO, B & FLIER, P. (orgs.). **La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay.** Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2001.

VENEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente – Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina.** Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI Ed., 2002.